

Da dor ao amor e no entremeio a cor: das senzalas para as carteiras universitárias

Hilário I. Bohn¹
PPGL | UCPel

Sabrina Hax Duro Rosa²
PPGL | UCPel

Resumo: Falar sobre questões de raça, gênero e classe é (re)construir conceitos e minimizar barreiras que distanciam – ainda! – homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres. Enquanto gênero, a mulher se vê subjugada; enquanto raça temos a subjugação dos negros; enquanto classe, o pobre é marginalizado. Neste trabalho trataremos daquela que, por seu gênero e por sua cor, encontra-se, frequentemente, numa posição de desrespeito e menosprezo: a mulher negra. Passamos, primeiramente, por um breve histórico desde a colonização brasileira da construção identitária da mulher negra até os dias atuais; em seguida analisaremos dados coletados no IFRS – Câmpus Rio Grande para averiguarmos se a jovem estudante negra busca, longe da senzala e da cama do senhor, um espaço numa sociedade que ainda a vê como um objeto sexual. Com o histórico que temos no Brasil, sendo o nosso país o último da América Latina a abolir a escravidão, é mais que compreensível que homens negros e mulheres negras tenham suporte para resgatarem sua dignidade e se tornarem mais fortes por meio da

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas [*in memoriam*].

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas.

educação. Por isso, uma forma de ocupar um espaço que sempre privilegiou os brancos é ingressando na Universidade ou Instituto Federal e a Lei de Cotas surgiu com esse intuito, o de minimizar as diferenças. Neste estudo de caso verificamos, por meio de um questionário, a posição das 10 estudantes negras ingressantes no IFRS Câmpus Rio Grande em 2016: se cotistas ou não e se a favor ou não das Cotas Raciais. A partir de uma análise das suas respostas pudemos perceber que a estudante negra e, principalmente, a de baixa renda, ainda não encontra forças suficientes para buscar seu empoderamento em um espaço que é seu por direito, o qual poderá possibilitar sua saída de um contexto discriminatório por ser quem ela é.

Palavras-chave: mulher; negra; cultura brasileira; cotas.

Title: From pain to love and the color in between: from *senzalas* to school desks

Abstract: Talking about race, gender, and social class is (re)formulating concepts and minimizing barriers that pull away – today still! – men and women, black and white, rich and poor. About gender, the woman is suppressed; about race, we have the suppression of black people; about social class, the poor is marginalized. In this paper, we will talk about the one who is frequently found in a disrespected and disregarded position because of the color and the gender: the black woman. Firstly, we go through a brief history from the Brazilian colonization of the identity of the black woman up to now; then, we analyze data collected at IFRS – Rio Grande Campus in order to verify if the young black student girl searches, far away from *senzala* and from the slave master, a space in a society, which still sees her as a sexual object. According to the background we have in Brazil, being it the last country in Latin America to abolish slavery, it is understandable that black men and women have support to recover their dignity and become stronger through formal education. That is why getting into the University or Federal Technical Institutes is a way to occupy a space, which has always been a white privilege, and the Quotas Law aroused with this aim: minimizing the differences. In this case study, we verify, through a questionnaire, the position of 10 black student girls who got into IFRS Rio Grande Campus in 2016: if they have entered by Quotas or not, and if they are in favor of Racial Quotas or not. After analyzing their answers, we could notice that the black student girls, and mainly the ones with low income, still do not find enough strength to look for

her empowerment in a space that is eligible to hers. This may be a possibility to enable them toget out of the discriminatory context for being who they are.

Keywords: woman; black; brazilian culture; quotas Law.

Introdução

Somos privilegiados de estarmos vivenciando uma época em que há alguma discussão identitária relacionada a gênero, raça e classe. Essa discussão é positiva no momento em que se é permitido questionar, interrogar, duvidar e refletir sobre questões tão pungentes e que até a pouco encontravam-se adormecidas.

Falar sobre essas questões implica em desacomodar os pré-conceitos que enquadram no binarismo – homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres. Enquanto gênero, a mulher se vê subjugada; enquanto raça temos a subjugação dos negros; enquanto classe, o pobre é marginalizado. Qualquer mulher já sofre uma discriminação em relação ao sexo masculino, qualquer negro ou negra já sofre discriminação em relação ao branco e à branca, e qualquer sujeito já sofre discriminação se está numa baixa classe social.

Neste trabalho trataremos daquela que, por seu gênero e por sua cor, encontra-se, frequentemente, numa posição de desrespeito e menosprezo: a mulher negra. Passamos, primeiramente, por um breve histórico desde a colonização brasileira da construção identitária da mulher negra até os dias atuais; em seguida analisaremos dados coletados no IFRS – Câmpus Rio Grande para averiguarmos se a jovem estudante negra busca, longe da senzala e da cama do senhor, um espaço numa sociedade que ainda a vê como um objeto sexual.

Estamos cientes de que falar sobre identidade, cultura e raça é tarefa árdua devido à complexidade de tais temas, os quais estão imbricados na discussão deste trabalho. No entanto, estamos dispostos a

entrar num terreno movediço, mas que deve ser abordado e, por isso, é importante situarmos os leitores sobre quais suportes teóricos estaremos nos debruçando.

Nossa visão sobre identidade é aquela de Bauman (1999, 2005, 2012, 2016) e de Hall (2004), uma identidade cambiante, influenciada pela globalização e “modernidade líquida”. A identidade é provisória, em que

[...] teremos de nos confrontar vezes sem conta com a tarefa da ‘autoidentificação’, a qual tem pouca chance de ser concluída com sucesso e de modo plenamente satisfatório. É provável que fiquemos divididos entre o desejo de uma identidade de nosso gosto e a escolha e o temor de que, uma vez assumida essa identidade, possamos descobrir [...] que não existe uma ponte, se você tiver que bater em retirada (BAUMAN, 2005, p.105).

São essas identidades que formam uma comunidade e sua cultura, ainda que cambiantes, ainda que fronteiriças e “líquidas” na contemporaneidade; são elas que, unidas, formam a cultura de uma comunidade. De acordo com Bauman (2012, p.153):

A noção genérica de cultura, portanto, foi cunhada para superar a persistente oposição filosófica entre espiritual e real, pensamento e matéria, corpo e mente. O único componente necessário e insubstituível do conceito é o processo de estruturação, com seus resultados objetificados – as estruturas produzidas pelo homem.

A respeito de “raça”, tomaremos parte do grupo de estudiosos (BLUM, 2005; GUIMARÃES, 2009; FILICE, 2011) que utilizam o termo com o intuito de repensar as questões socioculturais, identitárias, religiosas, linguísticas e nacionais, as quais, na essência de suas diferenças, geram inimizades, preconceitos e fomentam as desigualdades entre os seres, independentemente de todos estarmos cientes de que biologicamente falando, somos de uma única raça: a humana.

Com o histórico que temos no Brasil, sendo o nosso país o último da América Latina a abolir a escravidão, é mais que compreensível que homens negros e mulheres negras tenham suporte para resgatarem sua dignidade e se tornarem mais fortes por meio da educação. Por isso, uma

forma de ocupar um espaço e mudar a cultura que sempre privilegiou os brancos é ingressando na Universidade ou Instituto Federal e a Lei de Cotas Raciais surgiu com esse intuito, o de minimizar as diferenças.

Neste estudo de caso, verificamos por meio de um questionário quantas meninas negras ingressaram no 1º ano do Ensino Médio Integrado do IFRS Câmpus Rio Grande em 2016 e apuramos suas posições quanto às Cotas Raciais. A partir de uma análise das suas respostas pudemos perceber que a mulher estudante negra e, principalmente, a de baixa renda, do IFRS Câmpus Rio Grande, ainda não encontra forças suficientes para buscar seu empoderamento e um espaço que é seu por direito, o qual poderá possibilitar sua saída de um contexto discriminatório por ser quem ela é.

As mulheres e “a cor do pecado”

No Brasil, a submissão feminina vem desde os tempos do Brasil Colônia, pois a partir da puberdade as meninas eram vistas como objetos reprodutivos. E se essa prerrogativa era para as brancas do sexo feminino, mais ainda valia para as meninas e mulheres negras que, à época, eram “propriedades” dos seus senhores.

A sociedade enxerga e julga a pessoa por sua aparência. Na essência dessa pseudo-construção identitária e nesse julgamento estão a cor e seus órgãos genitais. O corpo se sobressai e na disputa de poder os corpos marcados pela cor (negra) e pelo sexo (feminino) são os corpos dominados. São marcas que contemplam um julgamento sobre as habilidades e performances do sujeito: se é mulher não sabe dirigir; se é negra é boa de cama; e assim por diante.

A mulher brasileira carrega a imagem de “mulher fácil” no exterior. E isso não se deve apenas pela fama do país do Carnaval ser liberal e propagandear suas mulheres sensuais e seus corpos como se fossem patrimônios culturais a serem admirados e desejados além mares. Segundo Rosa (2011, s.p.), ainda nos séculos XVII e XVIII era comum o alto

índice de concubinatos, “fazendo com que a mulher brasileira em pouco tempo fosse negativamente estereotipada na Europa”.

A imagem da mulher negra ou parda como símbolo sexual brasileiro, objeto de desejo masculino e até causa de inveja por parte de algumas mulheres brancas, é construída desde a escravatura; época na qual, além do trabalho doméstico e do campo, a escrava negra servia para satisfazer os desejos do seu patrão e iniciar a vida sexual de seus filhos homens.

A mulher negra transitava da senzala à cama do seu senhor, numa espécie de jogo onde o sofrer com o trabalho forçado e o sexo eram seus destinos certos, mostrando sua subserviência como único sentido de vida. De 1888, quando foi assinada a Lei Áurea abolindo a escravatura, até os dias de hoje, são apenas 129 anos, dentre os quais os negros foram largados à própria sorte. Foi dispensada qualquer forma de reintegração dos negros libertos na sociedade baseada no trabalho assalariado, bem como preparo ou formação para que desenvolvessem um trabalho independente.

As mulheres negras, muitas com filho nos braços, sofreram ainda mais para se integrarem à sociedade Brasileira machista. Sem ter um marido ou um senhor para lhe sustentar e sem suporte, seja por meio da Igreja, do Estado ou de qualquer outra Instituição que as preparassem para essa nova vida, ficaram ainda mais marginalizadas.

Como um dos fardos que carregavam era o de serem vistas como objetos sexuais desde a escravidão, a utilização do seu corpo como forma de barganha era uma alternativa a sua subsistência e continua uma opção. No entanto, estudo da doutoranda em Sociologia pela UFPE, Alyne Nunes, aponta que até mesmo na prostituição as mulheres negras sofrem preconceito (DIAS, 2016). Segundo Nunes as prostitutas negras são agredidas com mais frequência que as brancas, precisam trabalhar mais e permanecem mais tempo no meio da prostituição do que as brancas.

Segundo Alyne Nunes (DIAS, 2016, s.p.): “A cor da pele importa mais que o tipo físico para os brasileiros, principal público desse tipo de

serviço. Quem pode pagar mais, como o cliente de Boa Viagem, escolhe as brancas”.

Essa cultura do corpo da mulher negra como símbolo sexual, ou como objeto sexual, a acompanha de geração a geração, tornando difícil mudar esse estigma. Segundo Pacheco (2013, p.25):

Torna-se difícil não reconhecer como os discursos de ideologias raciais e de gênero são estruturantes e ordenam um conjunto de práticas corporais racializadas vividas pelo gênero, na sexualidade, no trabalho, na afetividade e em outros lugares sociais que são “destinados” às mulheres negras, na Bahia e no Brasil.

Falando do contexto estadunidense, Hooks (1995, *apud*. PACHECO, 2013) ressalta a necessidade de analisar como os corpos das mulheres negras são representados no período escravista e pós-escravista. Para ela:

Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (HOOKS, 1995, *apud*. PACHECO, 2013, p.24).

O mesmo se passou no Brasil e foi até intensificado através da mídia, das propagandas machistas como as de cerveja, das novelas e do Carnaval – época em que o país “vendia”, e de certa forma ainda “vende”, a imagem da mulata e da mulher negra, como símbolos sexuais e como se fossem patrimônios públicos.

Educação como forma de empoderamento

De acordo com Maringoni (2011), já em 1880 havia uma sinalização de preocupação social e educacional para com os negros, pois nesta época o abolicionista Joaquim Nabuco encaminha um projeto que, obviamente, é rejeitado pela Câmara dos Deputados, no qual seu artigo 49 definia: *“Serão estabelecidas nas cidades e vilas aulas primárias para os escravos. Os senhores de fazendas e engenhos são obrigados a mandar ensinar a ler, escrever, e os princípios de moralidade aos escravos”*.

Naquela época, conforme Maringoni (2011, s.p.):

Os abolicionistas radicais, como Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio, Antonio Bento, Rui Barbosa, Senador Dantas e outros esperavam que a extensão da educação a todas as classes, a participação política em massa e uma ampliação de oportunidades econômicas para milhões de negros e mulatos e outros setores menos privilegiados da sociedade brasileira viessem a permitir que estes grupos assumissem um lugar de igualdade numa nação mais homogênea e próspera.

Infelizmente, não foi isso que aconteceu. Olga Maria Lima Pereira (2014, p.109) descreve a transterritorialidade pela qual passaram os negros: *“Das senzalas para os guetos e diversos bairros da periferia. Este seria o destino certo dos negros libertos: a liberdade diante de um novo mundo que os continuava condenando a uma nova escravidão”*. Temos aí uma sociedade punitiva dentro de uma cidade punitiva, já que a segregação permanece de forma camuflada, onde a manifestação de poder se revela nessa divisão espacial. Divisão essa que ainda existe, de alguma forma, dentro da escola.

A herança que os negros livres receberam dos escravos fora a tal ponto aniquilada pelos brancos que não havia sequer a possibilidade de recuperar a *“relação de si-mesmo consigo”* enquanto forma específica de subjetividade negra. A cultura dos grupos africanos fora destruída sistemática e deliberadamente pelos senhores brancos; as formas de ser dos negros reduziram-se aos padrões de sentimento e comportamento que os brancos

criaram para melhor explorá-los e nelas socializaram-nos (CARDOSO, 2003, p.324).

Segundo Teixeira (2003), foi entre 1930 e 1940 que uma solução educacional para uma pretensa homogeneização das raças foi iniciada com pesquisas a respeito das raças, dos negros e das formas de ascensão social a qual, entre elas, estava a educação formal.

Filice (2011) aponta a necessidade de inserir “a questão da cultura negra na pauta de discussão sobre políticas educacionais” porque o preconceito e a discriminação racial também se constituem nos sistemas de ensino e colaboram para a estruturação das relações sociais no país.

Em 1997, apesar de representar quase metade da população brasileira, apenas 2,2% das pessoas declaradas negras ao IBGE possuíam ensino superior completo. Entre as pessoas brancas, o número era de 9,6%. Dez anos depois, este número passa para 4,0% entre os(as) negros(as) e 13,4% entre os(as) brancos(as). Ou seja, **a quantidade de negros formados no ensino superior hoje é menos da metade dos brancos formados há dez anos** – o que enfatiza a diferença no acesso ao ensino superior entre os dois grupos e a importância da política de cotas raciais nas universidades, bem como dos mecanismos de manutenção dos alunos cotistas.

Os dados apontam para a urgência de que políticas públicas educacionais sejam desenvolvidas em nosso país e a Lei de Cotas, apesar de suas fragilidades, já serve como um começo para a mudança desse quadro.

Altafin (2011, p.45) analisa a questão das cotas nas universidades sob três perspectivas: a social, a educacional e a jurídica. Ele ressalta que “o Brasil convive com uma dívida social de significativa amplitude: o condicionamento histórico de 300 anos de colônia e 350 de escravidão” o que vem a motivar movimentos sociais para pressionarem o Estado a adotarem políticas públicas que visem diminuir a discrepância social e racial.

Segundo Bonella (*apud*. ALTAFIN, 2011, p.50):

As cotas são uma estratégia coletivo-comunitária, e não individualista, de direitos de grupo (grupos tradicionalmente marginalizados): primeiro, os beneficiários não têm exatamente direitos individuais diretamente, mas o grupo que representam o tem; e, segundo, eles, na verdade, e a instituição e a sociedade como um todo, incluindo nós, os professores, estamos realizando um dever, uma exigência a de contribuir cada um, em pouco com a superação das desigualdades humanas, em especial, da desigualdade racial brasileira.

Dentro da perspectiva educacional, Altafin (2011, p.51) considera que

[...] o Estado não supre a falta de conhecimento do vestibulando que estudou o nível médio em escola pública; apenas, pelo princípio da subsidiariedade, concede-lhe uma recepção diferenciada no ensino superior, pelo regime da cota mérito/carência, da mesma forma que a cota racial.

O Estado falha na educação básica e no ensino médio e isso também deve ser revisto, mas o que temos de concreto atualmente e a nosso favor, são as cotas, já que não é justo o aluno proveniente da escola pública sucateada, sem estrutura e muitas vezes sem professores, concorrer de maneira igual ao aluno que teve sua educação em escolas privadas para ingressar na educação superior e nos Institutos Federais. É a elite que consegue chegar e sair da Universidade e este ciclo vicioso deve ser alterado e o ingresso por meio da Lei de Cotas visa romper com este paradigma.

A respeito das questões legais das Cotas, Altafin (2011, p.56) se prende ao artigo 205 da Constituição Federal que diz ser dever do Estado promover a educação ligando-a à dignidade humana, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo, para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A educação brasileira, a academia e os estudiosos, os professores, estão todos baseados na educação eurocêntrica e branca. Cabe ao estudante negro se enquadrar num sistema em que, quando menos se

espera, está ocorrendo um branqueamento dos sujeitos negros, pardos e indígenas.

O empoderamento, nesse sentido, implica conquista da liberdade, avanço e superação do estado de subordinação (dependência econômica, física, etc.) por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não uma simples doação ou transferência por benevolência. Esse processo é realizado *pela própria pessoa por si mesma* [grifo nosso], as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer (ROSO e ROMANINI, 2014, p.86).

O empoderamento individual tem valor e caminha para uma mudança também social, mas o empoderamento coletivo, ou seja das mulheres negras, por exemplo, como coletivo, tem maior impacto na sociedade e traz mais visibilidade para a causa.

Metodologia

Para identificarmos a percepção das estudantes negras sobre as cotas raciais, aplicamos um questionário misto (perguntas fechadas e abertas) para as turmas dos 1^{os} anos do ensino médio integrado do IFRS Câmpus Rio Grande em abril de 2016 e na ocasião 216 estudantes o responderam. O instrumento tinha como objetivos: verificar o número de estudantes do sexo masculino e do sexo feminino; identificar o número de autodeclarantes brancos, índios, pardos e negros; verificar quantos ingressaram pelas cotas raciais e quantos não, ou, se desconheciam sua forma de ingresso; e se eram contra, a favor ou não se sentiam em condições de opinar sobre as cotas raciais e por quê. A partir desse levantamento, analisamos, para este estudo, as respostas das estudantes negras, perfazendo um total de 10 sujeitos.

Análise e discussão dos dados

Dos 216 alunos respondentes do questionário, apenas 10 são jovens negras. Esse índice representa uma limitada participação da jovem negra

riograndina no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Esse número reforça a ideia de que educação formal em nível integrado, tecnológico e superior ainda é um privilégio do homem e, em especial, do branco já que temos 91 estudantes do sexo feminino, sendo somente 10 negras, contra 125 do sexo masculino no qual apenas 12 são negros.

Trabalharemos com essas 10 estudantes negras na nossa análise e discussão de dados com o intuito de verificarmos, a partir das respostas, seus posicionamentos quanto a serem a favor, contra ou se não têm uma opinião formada sobre as cotas raciais. Entendemos que esse posicionamento poderá demonstrar sua consciência sobre seu direito de buscar um empoderamento por meio da educação.

Tabela 1: Total de estudantes do sexo feminino; sua autodeclaração racial; sua condição cotista, não cotista ou não sabe; e sua posição sobre as cotas raciais

FEMININO e Condição de ingresso	A FAVOR DAS COTAS RACIAIS	CONTRA AS COTAS RACIAIS	NÃO SE SENTE CAPAZ DE OPINAR
Cotista negra	2	3	1
Não cot. negra	1	1	1
Não sabe negra	1		
TOTAL	4	4	2
PERCENTAGEM			
Total estudantes	10		

A Tabela 1 apresenta a tabulação dos dados e nos mostra que das 10 estudantes negras 4 são a favor, 4 são contra e 2 não sabem se posicionar quanto às cotas raciais.

Das 6 cotistas negras, 3 são contra as cotas raciais, ou seja, elas ingressaram pela Lei de Cotas, porém não concordam com essa ação afirmativa. Isso demonstra que não há uma compreensão real sobre a lei de cotas raciais, nem mesmo por parte de quem sofre o preconceito e que ingressa na Instituição por essa forma de subsídio. Apenas 2 são a favor e 1 não se sente em condições de se posicionar, demonstrando que o

Brasileiro, em geral, não reconhece o peso da cor que os negros carregam e, por vezes, nem o próprio negro compreende sua história.

A escola nem os meios de comunicação proporcionam ao negro ser o protagonista, ser o autor da história. Ainda é escasso o material didático que trate da resistência dos negros durante a escravidão ou após o período abolicionista, bem como docentes que discutam as questões da cultura negra em sala de aula. Falta “capital cultural” negro (BOURDIEU, 1988) no sistema escolar que ainda é branco e que valoriza o capital cultural dominante.

De acordo com o historiador Joel Rufino dos Santos (*apud*. TEIXEIRA, 2003, p.23):

A ação afirmativa é, antes de tudo, um princípio. Já é um grande avanço o reconhecimento de que o Brasil não sendo uma democracia racial, os negros estão em desvantagem. É tarefa do Estado corrigir esta desvantagem (...) A maneira de fazer isso é realmente discriminação afirmativa. Mas ela se justifica por causa das desigualdades.

Duas das três cotistas negras que são contra as Cotas Raciais alegam: “acho que na visão da sociedade pode ser um preconceito, pois pode parecer que um negro não tem capacidade de ingressar na instituição” e “eu acho que as cotas é um jeito de dizer que as pessoas que entram com cotas não têm capacidade de entrar sem cota”. Uma delas não justificou seu posicionamento, deixando em branco a questão.

Quando as estudantes cotistas negras justificam ser contra as cotas dizendo que a sociedade pode ver as cotas raciais como mais preconceito ou que a sociedade pode pensar que, por ingressar desta forma, o negro é menos capaz, temos a confirmação de que estão sofrendo um branqueamento, estão passando a pensar como pensa a cultura dominante branca, sem se darem conta de que aceitar isso é aceitar seu apagamento como sujeito negro.

Duas estudantes cotistas negras são a favor das Cotas Raciais: “Porque com elas eu tive mais chance de entrar no curso” e “Porque ajuda

peças de baixa renda a ter uma qualidade de ensino melhor, não apenas peças negras, mas peças em geral". Podemos perceber pela primeira resposta que a estudante está preocupada consigo mesma e não com o coletivo, não leva em consideração o direito de um grupo. Na segunda justificativa na qual a aluna diz ser a favor das Cotas Raciais, há uma clara confusão entre as Cotas Raciais e as Cotas Sociais na qual ela exalta o fato de as peças de baixa renda poderem ter acesso a um melhor ensino, seja ela negra ou branca.

Portanto, as duas únicas cotistas negras a favor das cotas não demonstram estar cientes do real valor dessa ação afirmativa, a qual, dentre tantos argumentos, serve como um "pagamento de indenização histórica aos negros" (VIANNEY *apud*. ALTAFIN, 2011, p.38).

Dois cotistas negras não se sentem em condições de se posicionar por não terem uma opinião formada a respeito. Podemos fazer algumas suposições do porque não se posicionarem: por realmente desconhecem a Lei de Cotas; por temerem algum tipo de sanção típica no meio escolar; por terem uma baixa autoestima, achando que sua opinião não é relevante e por não terem "voz".

Dentre as três estudantes não cotistas negras, uma não se sente em condições de se posicionar: "Porque as cotas dão chance a quem tem menos condição financeira a conseguir ingressar em uma faculdade, mas as peças que tem condição financeira se aproveitam desse recurso". Essa estudante também confundiu as cotas sociais com as raciais. Uma estudante negra não cotista é contra as Cotas Raciais "porque, dando números e formas e raças se torna um ato de preconceito" e uma estudante negra não cotista é a favor das Cotas Raciais porque "é uma possibilidade de peças que sofrem com o racismo diariamente ingressarem nas escolas e universidades. O problema é algumas peças serem incorretas e se aproveitarem disso". Aqui temos a única estudante, dentre todas as estudantes negras, que realmente fala da questão do preconceito ainda vivido pelos negros.

A estudante negra que não sabe se ingressou pelas Cotas raciais é a favor dizendo que "as cotas dão uma oportunidade a mais para as peças

que não conseguiram entrar pelo processo seletivo ‘normal’”. Podemos perceber, pelo seu argumento, que ela também não valoriza a necessidade de um pagamento de dívida histórica e de uma tentativa de democratização do ensino superior público.

Mesmo as que são a favor das cotas, a maioria das respostas não fala sobre a raça, a história e o passado dos negros. Fala de oportunidades, de individualismo e não no direito de um povo que merece todo o respeito e subsídio para ocupar uma camada sociocultural mais privilegiada por meio da educação.

A obra de Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, originalmente publicada em 1952 e traduzida para o português em 2008, “mostrava como a ideologia que ignorava a cor podia apoiar o racismo que negava. Com efeito, a exigência de ser indiferente à cor significava dar suporte a uma cor específica: o branco”. Essa ideologia continua sendo reforçada na crença das meninas negras que ingressaram no IFRS, pois o fato de, dentre as dez, quatro serem contra as cotas raciais, duas não saberem se posicionar, e quatro serem a favor das cotas, permanecemos com a hegemonia branca e uma contrarresistência das estudantes negras. Além do mais, apenas uma das meninas negras que são a favor das cotas raciais justifica sua resposta por causa do preconceito racial vivido pelos negros.

Considerações finais

A autoestima da mulher negra vem sendo, aos poucos, resgatada. Esse é um processo difícil, já que durante a escravidão elas foram forçadas a acreditarem que eram “objetos” e não sujeitos capazes de pensar, de terem suas próprias crenças e que não deveriam sequer demonstrar sentimentos e emoções. Essa sujeição foi passada de geração a geração, mas está sendo mudada atualmente, com o esforço de algumas mulheres negras que buscam dar voz aos seus pares, pelo mundo todo seja na área acadêmica (Bell Hooks, Chimamanda Adiche), seja na área do entretenimento (Nina Simone, Beyoncé, Ruth de Souza).

Mesmo que ainda tenhamos inúmeros exemplos de atos racistas e machistas na nossa sociedade, divulgados diariamente na mídia, encontramos forças para mudar esse quadro e essa singela mudança pode ser percebida neste trabalho, em que os dados apontam para depoimentos nos quais as estudantes negras ainda não percebem/ seus direitos. A reconstrução do ser negro, da identidade negra, está acontecendo, porém, lentamente.

A ideologia do branqueamento está presente quando as estudantes negras dão ênfase à questão da cota social, sem valorizar e sobressaltar a questão das cotas raciais. As razões expostas pelas estudantes que são contra, indicam que as cotas raciais aumentam o preconceito e rotulam os negros como incapazes. Como vimos, a Lei de cotas veio para diminuir a desigualdade e não para reforçar um pensamento discriminatório e racista. Daí a necessidade urgente de oportunizar leituras e o debate sobre a Lei de Cotas ou Lei de Reserva de Vagas ou Lei 12.711.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *We should all be feminists*. Anchor Books: New York, 2014.
- ALTAFIN, Juarez. *Cotas na Universidade*. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt e MAURO, Ezio. *Babel: entre a incerteza e a esperança*. Tradução: Renato Aguiar. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BLUM, Lawrence. *O que as explicações de "racismo" causam?*. In: LEVINE, Michael P. e PATAKI, Tamas (org.) *Racismo em mente*. Tradução: Fábio Assunção Lombardi Rezende. São Paulo: Madras, 2005, p.71-94.
- BOURDIEU, Pierre. *Os três estados do capital cultural*. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- DIAS, Gabriel. *Negras sofrem preconceito até na prostituição*. Folha de Pernambuco. Data da postagem: 04/05/2016. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/11383/negras-sofrem-preconceito-ate-na-prostituicao>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FILICE, Renídia Cristina Garcia. *Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HOOKS, Bell. *Black looks: race and representation*. South End Press Boston, MA, 1992.
- MARINGONI, Gilberto. *História – O destino dos negros após a Abolição*. Ano 8. Edição 70 – 29/12/2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23 Acesso em: 6 mai. 2016.
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: EDUFBA, 2013.
- PEREIRA, Olga. *Cicatrices da escravidão: da história ao silenciamento*. Pelotas, RS: Um2 Comunicação, 2015.
- ROSA, Alexandre Valdemar da. *A cor do pecado: no século XIX, a sensualidade da mulher negra*. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/a-cor-do-pecado-no-seculo-xix-a-sensualidade-da-mulher-negra/#gs.tkD1pbw30/06/2011>. Acesso em: 26 abr. 2016.
- ROSO, Adriane e ROMANINI, Moises. *Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico*. In: Psicologia e Saber Social, V. 3, 2014, p. 83-95. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/12203>>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- SECRETARIA de Combate ao Racismo/CUT . Disponível em: http://cut.org.br/system/uploads/action_file_version/1fcd516c53da22deae03e41c795da50/file/dados-20-20-20-20-20-20populacao-20negra-20no-20brasil-20-20populacao.pdf. Acesso em: 3 jan. 2016.
- TEIXEIRA, Moema de Poli. *Negros na Universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.